

A Reprodução Social dos Agricultores Familiares no Território Rural da Mata Sul de Pernambuco.

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Vitória Régia Fernandes Gehlen

Docente da Universidade Federal de Pernambuco

Evandro Alves Barbosa Filho.

Discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO

A Mata Sul de Pernambuco é uma região historicamente dominada pelo sistema *plantation* da cana-de-açúcar. A organização resultante deste sistema de exploração produziu, ao longo da história local, inúmeros conflitos econômico, sociais e ambientais. Nas últimas décadas, institucionalizou-se pelo Estado brasileiro como um território do Programa Territórios da Cidadania, o que lhe definiu como espaço que desempenha papel estratégico na economia da região a qual pertence. Composto por dezenove municípios vem passando por um processo de diversificação econômica, impulsionadas pelas atividades turísticas e o processo de formação assentamentos de Reforma Agrária. Considerando tais modificações, este trabalho tem por objetivo discutir o processo de reprodução social dos Agricultores Familiares no Território Rural da Mata Sul de Pernambuco. Para tanto, buscou-se realizar a análise da realidade contemporânea da região, tentando apropriar-se da sua formação histórica, socioespacial e econômica por meio do levantamento bibliográfico e visitas de campo. As visitas tiveram como foco famílias rurais de dois municípios do Território: pequenas propriedades rurais dos municípios de Amaraji - localizado no limite entre a Mata Sul e o Agreste pernambucano; e as comunidades rurais de Tamandaré, que se encontra mais próximo ao litoral da região. Nas visitas de campo, foram aplicados questionários que privilegiaram a formação história do lugar, a maneira pela qual as famílias compunham sua renda, os programas sociais dos quais participavam e o nível de escolaridade das famílias. Considerou-se que é a partir do processo de apreensão das particularidades da formação social, delimitadas no tempo e no espaço, que se podem compreender as necessidades dos agricultores familiares. Verificou-se, que embora fossem municípios da mesma região, a formação de suas unidades familiares rurais apresentavam pequenas diferenças, o que influenciava no modo de organização de produção de cada família. No que se refere à formação de renda, foi possível constatar que vem ocorrendo à diversificação da renda familiar, por meio de atividades laborais extradomiciliares, quase sempre vinculados à lida no campo, precárias e informais. Tais situações são continuidade das condições subumanas as quais foram e são submetidos os trabalhadores rurais brasileiros ao longo de constituição histórica. Exerce fundamental importância para as famílias o acesso a programas sociais de renda mínima, que contribuem para sua permanência e subsistência no campo. No entanto, embora as políticas governamentais exerçam um papel importante para estas famílias, não contribuem na superação de relações laborais flexibilizadas, precarizadas e informais, tão pouco implicam em um crescimento estável e inclusivo, capaz de garantir a segurança econômica e social. No que se refere à educação, apresenta variação geracional, sendo possível verificar maior nível entre os mais jovens, o que pode ser

consequência dos programas sociais que tem como critério de elegibilidade e manutenção a frequência escolar. Conclui-se que o processo de reprodução dos agricultores familiares do Território Rural da Mata Sul de Pernambuco é marcado por construção constante de alternativas nas novas configurações socioespaciais e econômicas estabelecidas na realidade atual. Tal realidade é caracterizada pela ausência de políticas efetivas que garantam a permanência, em condições dignas, destes sujeitos no campo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta de um trabalho dissertativo cujo objetivo foi analisar o processo de conformação da pluriatividade na agricultura familiar no território rural da Mata Sul de Pernambuco, identificando quais elementos que contribuíram para seu desenvolvimento, qual sua importância para os agricultores familiares e as principais características das atividades pluriativas na região. De seu desenvolvimento resultou reflexões acerca da reprodução das famílias agricultoras da Mata Sul de Pernambuco e sobre a qual se propõe realizar alguns apontamentos.

As considerações ora apresentadas tem como ponto partida que, no processo sócio-histórico da formação da sociedade brasileira, as formas de vida sociais foram se sucedendo no tempo e no espaço. Nesse contexto, os sujeitos sociais que formam o campesinato brasileiro foram considerados como um resíduo, pois não se reconhecia sua presença histórica. Na contemporaneidade, eles continuam sendo estudados, considerados na relação capital-trabalho, ano contexto da luta de reordenação social que vem promovendo o reconhecimento da sua condição camponesa e sua forma de se apropriar de recursos produtivos.

Segundo Welch et al. (2009), o campesinato como categoria analítica e histórica é formada por poliprodutores que, em modo e grau variados, produziam para o mercado: local, em rede, nacional ou internacional. As condições dessa produção se baseiam na locação da mão-de-obra familiar, tanto no passado quanto na contemporaneidade, variando de acordo com a composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre unidade de produção e unidade de consumo.

A coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas nem sempre considerava as especificidades da organização interna da unidade de produção da família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados, o que dificultava diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores rurais e urbanos que não produziam sob os princípios da agricultura familiar.

Isto vem dificultando a compreensão do cotidiano, do mundo cultural, político, econômico e social em que as pessoas trabalhadoras da agricultura produzem e se reproduzem. Privilegiar os aspectos ligados a sua cultura significa incorporar as múltiplas dimensões da prática desses atores sociais. Enfatiza-se, desta forma, o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Os conflitos existentes neste processo referenciavam modos distintos de viver e formas de dominação (WELCH et al, 2009). Neste contexto, incluem-se famílias agricultoras integradas aos modernos mercados, e os novos poliprodutores (ou pluriativos) resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

Considera-se, assim, que o campesinato sempre esteve presente, enquanto forma política e acadêmica de conceituação dos produtores familiares, como sujeito social na história do Brasil. Isto se deu através da demonstração do valor do seu modo de vida familiar, vicinal e comunitária, inscritas em seu cotidiano de lutas pela sua sobrevivência e reprodução social (ibidem).

Diante da heterogeneidade da formação, conquistas e resistências desses atores sociais no processo da formação socioeconômica brasileira reafirmam-se a diversidade cultural dos camponeses brasileiros em reação à homogeneização política e cultural da globalização. Esta heterogeneidade vem referenciar um modo de produzir e viver coexistente com o mundo contemporâneo, construindo-se, assim, uma forma de se integrar à sociedade, conquistando espaços sociais historicamente negados.

O estudo sobre o processo de reprodução social da agricultura familiar na sociedade contemporânea é um fato social do mundo moderno, e não resquícios do passado como demonstra os processos históricos analisados por vários autores. Estas análises visibilizam as múltiplas alternativas de sobrevivência, as quais foram resultados das conquistas e resistências dos movimentos dos sujeitos sociais do campo.

O TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

O Território da Mata Sul de Pernambuco é um espaço de encontro de temporalidades, de relações sociais que se entrecruzam no momento presente, constituindo-se em uma realidade que exige das pessoas trabalhadoras da agricultura familiar o exercício de mais de uma atividade para sua vida e sobrevivência no campo. É uma região marcada por inúmeros conflitos sociais e ambientais, histórica e economicamente construídos ao longo da formação da sua sociedade, assinalada pelo monopólio da cana e por uma intervenção estatal voltada ao processo de acumulação capitalista na região.

Enquanto espaço institucionalizado pelo Estado brasileiro, interessa a esse estudo a inserção da Mata Sul de Pernambuco no Programa Territórios da Cidadania, que a demarca enquanto um espaço prioritário de intervenções estatais, onde se espera “*universalizar programas básicos de cidadania por meio do desenvolvimento territorial sustentável*”, abarcando as diversas políticas sociais que garantam o desenvolvimento da região, atrelando-as a abordagem territorial, a qual considera diversos fatores sociais, econômicos, culturais e naturais como contributivos para um desenvolvimento territorial. Insere-se, ainda, esta parcela espacial, no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o qual vincula o desenvolvimento rural à abordagem territorial.

O Território da Mata Sul de Pernambuco desempenha um papel estratégico na economia do Estado. Composto por 19 municípios, este Território passa por um forte processo de diversificação da sua economia, especialmente, com atividades direcionadas ao turismo de praia e a ocupação do território rural por muitos assentamentos de reforma Agrária. Estes municípios são, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), interligados por uma economia, cultura e identidade territoriais comuns.

A identidade territorial compreende a relação que o sujeito estabelece com o lugar em que ele vive, referindo-se ao processo de identificação local que é perpassada pelo processo histórico e pela relação homem-natureza. Assim, ao se delinear um perfil identitário em um Território rural considera-se o processo de colonização, os movimentos sociais e a existência (ou não) de comunidades tradicionais (GEHLEN ET AL, 2012).

No caso do Território da Mata Sul de Pernambuco, os principais elementos vinculados a uma identidade territorial comum dizem respeito, principalmente, a sua formação sócio-histórica, vinculada ao latifúndio voltado para a cana-de-açúcar. Durante o século XX foi sendo, relativamente, desmontado pela crise do setor, dando lugar a um espaço voltado para a Agricultura Familiar. Atualmente, a Agricultura

Familiar aparece como forte elemento na região, aonde, nos últimos anos vem sendo desenvolvida uma série de políticas que objetivam o fortalecimento desta atividade dentro dos assentamentos de Reforma Agrária que se formaram ao longo do declínio da cana-de-açúcar (GEHLEN ET AL, 2012).

No que concerne à economia, a cultura da cana ainda é responsável pela a economia local, sendo a principal cadeia produtiva da região. Mas, está em curso na região um processo de diversificação econômica pelo qual vem passando a região, resultado das atividades direcionadas ao turismo, as atividades industriais e a constituição de muitos assentamentos da Reforma Agrária (PDSTR-MATA SUL, 2003).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Mata Sul (2003), os municípios que compõem o Território da Mata Sul estão inseridos na Região de Desenvolvimento (DR)¹, utilizada pelo Governo do estado de Pernambuco para a sua intervenção.

Todavia, na proposta do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), espera-se que sejam inseridos mais municípios² em virtude da reivindicação de ingresso no PRONAT por terem presença de agricultores familiares e assentamentos rurais, embora estejam localizados na Região de Desenvolvimento do Grande Recife, como é o caso dos municípios do Cabo de Santo Agostinho³ e Vitória de Santo Antão.

O motivo desta inserção é, segundo o documento, a forte identidade e a coesão social existentes na região, qual seja: a cultura da cana-de-açúcar, a formação dos assentamentos de Reforma Agrária e a luta pela consolidação da Agricultura Familiar na região. É diante desta realidade que se realiza o presente estudo, considerando, além das particularidades locais, a conjuntura político-institucional na qual a região está inserida.

O PERCURSO DO ESTUDO

O presente estudo orientou-se pela perspectiva teórico-metodológica e analítica Lefebviana, segundo a qual as relações sociais se processam em dimensões verticais e horizontais complexas, que se desdobram em procedimentos metodológicos os quais identificam e recuperam temporalidades desconstruídas e coexistentes de uma realidade. Analisá-la sob esta ótica significa compreender que as relações sociais não têm a mesma idade, nem a mesma origem e que sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas distintas (MARTINS, 1996). Estas relações sociais realizam-se no movimento de produção e reprodução do espaço, no qual se insere a cotidianidade, onde se entrecruzam os tempos cíclicos e lineares, as modalidades diversas do repetitivo e também demarcadores do ritmo dos processos sociais e de suas historicidades (LEFEBVRE 1974).

Esta metodologia, à luz da lógica dialética, propõe que a análise do real parta do presente, retorne ao passado - para compreender as relações sociais de produção responsáveis pelos marcos que persistem na atualidade - e aponte para o futuro diante das possibilidades do virtual a ser construído.

No intuito de tentar atender a esta proposta metodológica, foram delimitados como *locus* de estudo os municípios de Amaraji e Tamandaré. A escolha de Amaraji deu-se por se tratar de um município onde a agricultura exerce relevância na economia local, assim como o setor de serviços. O município de Tamandaré tem sua economia vinculada ao Turismo (influenciado diretamente pelo Megaprojeto Costa Dourada e

pelo Complexo de SUAPE), às atividades agroindustriais, sendo um dos municípios que virá a compor a área de influência de complexo de SUAPE.

Os Instrumentos de Pesquisa

Para a realização do estudo em tela, foram realizadas visitas nas quais foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas que versavam sobre a formação da renda das famílias. As visitas às comunidades foram realizadas com a anuência documental dos Sindicatos e dos entrevistados, o que foi fundamental para se estabelecer o diálogo com as famílias, em virtude de nos últimos anos os Agricultores/agricultoras Familiares da Mata Sul de Pernambuco vêm sendo vitimados/as por uma série de golpes, o que tem causado um sentimento de desconfiança nas comunidades do Território.

Em uma das comunidades visitadas - mesmo com a anuência do Sindicato, mas sem a presença de um representante sindical - para concretização da visita foi necessário à permissão por escrito do líder comunitário a quem se explicou o motivo e o objetivo do estudo. Somente depois da redação desta permissão foi que as famílias aceitaram participar da pesquisa.

Os instrumentos de coleta de dados exercem importância fundamental na realização de uma pesquisa desenvolvida na perspectiva proposta. Por meio deles espera-se uma aproximação maior com a realidade a ser estudada, buscando compreender os determinantes que a condicionam e suas implicações nos atores sociais que a constituem. Visando atender o método adotado, este trabalho considerou os três momentos de análise: Descritivo, Analítico-regressivo e Histórico-genético.

No momento *Descritivo* foi realizado um levantamento bibliográfico para o embasamento teórico da problemática em estudo. Em concomitância a este levantamento, foram realizadas visitas de campo.

Um instrumento fundamental neste momento foi à aplicação de roteiro de entrevistas semi-estruturado, através do qual se objetivou recolher informações sobre a história do lugar, formação da renda, acesso a programas sociais e nível escola. As informações coletadas apontaram para um cenário mais amplo, interligado a dinâmica regional, detentora de particularidades e especificidades historicamente construídas e marcadas por fortes desigualdades sociais e de classe.

Tendo por base o momento *Descritivo*, delimitaram-se as principais relações sociais que configuraram a realidade atual. Neste segundo momento, o *Analítico-regressivo*, verificou-se que a formação da mão de obra assalariada, a crise do setor usineiro da região, as intervenções estatais para a reestruturação territorial e o fortalecimento dos movimentos sociais camponeses deixaram suas marcas em uma reorganização socioespacial da região. Desta forma, delineou-se a temporalidade dos principais acontecimentos que influenciaram o perfil da agricultura familiar nos municípios estudados. Ainda que nem todos estes acontecimentos tenham sido temporalmente simultâneos, todos são refletidos no objeto estudado, dando-lhe o motivo e a forma pela qual será expresso em sua imediaticidade nos dias atuais.

A análise do entrecruzamento dessas informações aponta para o terceiro momento deste trabalho, o *Histórico-genético*, que se trata de um “*esforço de uma classificação genética das formações e estruturas, no quadro do processo em conjunto. Esforço, portanto, para retomar o atual anteriormente descrito para recontar o presente, porém, elucidado: explicado*” (LEFEBVRE, 1971: 71).

A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO RURAL DA MATA SUL DE PERNAMBUCO.

A análise da reprodução da agricultura familiar, durante muitos anos foi centrada na propriedade rural ou unidade de produção agrícola. Todavia, os novos fenômenos verificados no Brasil nas últimas décadas apontam significativas mudanças na forma de ocupação das pessoas e na geração de renda das famílias rurais.

Diversos são os estudos que revelam uma diversificação na geração da renda familiar rural decorrente das transformações ocorridas na inter-relação rural-urbana que afeta diretamente a Agricultura Familiar.

No desenvolvimento deste estudo observou-se a importância de se verificar as principais fontes de renda das famílias entrevistadas. Consideraram-se as seguintes possibilidades de fonte de renda

1. *Produção Agrícola Própria*: atividades voltadas à agricultura (plantação ou criação de animais) realizada em terras da família;
2. *Produção Agrícola de Terceiro*: atividades, como colheita ou limpeza da terra, realizadas em terras de outras pessoas como diarista ou trabalhadores sazonais;
3. *Outras Atividades Agrícolas*: considerou-se como *outras atividades* a criação por ‘gado de meia’⁴, aluguel de pastos, entre outras;
4. *Bolsa Família*: a inserção do Programa Bolsa Família (PBF) deu-se em virtude de observações anteriores, realizadas a partir das visitas de campo ocorridas nos projetos Observatório do Desenvolvimento e Desigualdades de Gênero;
5. *Aposentadoria Rural*: tendo em vista os diversos estudos que apontam a
6. *Manufatura ou Artesanato*: atividades que fossem realizadas dentro ou fora do domicílio.
7. *Outros*: vendedores/vendedoras formais ou informais, serviço público, prestação de serviços privados.

Verificou-se que, mesmo a principal fonte de renda sendo aquela retirada da produção própria, outros elementos vem contribuindo na formação da renda familiar.

Foi possível verificar nuances entre os municípios estudados. Em Amaraji, por exemplo, é ínfima a contribuição da Indústria na composição da renda familiar. Assim, como também é pequena a participação da Manufatura ou Artesanato. Já em Tamandaré, ao contrário, há uma maior contribuição destes dois elementos na composição da renda das famílias agricultoras.

Creditam-se essas diferenças ao fato de que, embora os dois municípios tenham sua origem vinculada à economia da cana-de-açúcar, a expansão do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE (CIPS) e as intervenções do megaprojeto de infraestrutura para Turismo – Costa Dourada tenham causado maior impacto no município de Tamandaré. Este município se encontra mais próximo da capital do Estado, Recife, é um município de influência indireta do CIPS e está na rota do Turismo local.

Outros elementos importantes são a Aposentadoria Rural e Programa Bolsa Família (PBF). A aposentadoria rural é uma transferência de renda para trabalhadores rurais idosos, instituída dentro da legislação da seguridade social brasileira (Lei Ordinária 8.212/8.213 de 1991), cuja operacionalização e gestão são de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Para ter acesso ao

benefício de um salário mínimo mensal deve-se ter mais de 60 anos, para os homens, e mais de 55 anos, para as mulheres; e comprovar que exerceu atividade rural por pelo menos 15 anos.

Segundo algumas entrevistas

A aposentadoria dá segurança, porque é um dinheiro certo no mês. Do mesmo jeito é o Bolsa Família, ou talvez pior, por que nas famílias que não tem aposentado é o dinheiro do Bolsa Família que garante que as pessoas não vão passar fome. – L. M. O. 38 anos. Assentamento Cipó/Vida Nova – Tamandaré.

No que se refere à Aposentadoria, ela garante condições de subsistência e de melhores condições de vida:

“Depois que me aposentei as coisas melhoraram... Dá pra comprar uma coisa ou outra. E ainda pode pedir aqueles empréstimos que descontam o pagamento direto no dinheiro da gente, quando a gente quer comprar uma coisa mais cara... Mas o que importa mesmo é o dinheirinho certo pra comida da família e das coisas da casa”. E.P 69 anos. Sítio Amorinha – Tamandaré.

O programa Bolsa Família (PBF)⁵ é um programa de transferência direta de renda com o duplo objetivo de combater a pobreza no curto prazo por meio de transferências de renda e reduzir a pobreza no longo prazo. Para as famílias

“O Bolsa Família é importante. Com ele a gente pode comprar a mistura, ou comprar o gás, uma roupa pras crianças. Tapa os buracos do mês. Às vezes não vende nada do que plantou, ou vende pouco... Ai o Bolsa Família alivia um pouco.” – M. F. S, 34 anos – Sítio Bela Vista – Amaraji.

Verifica-se que estas contribuições têm uma influência relevante na manutenção da Agricultura Familiar, representando uma estratégia para assegurar a reprodução social e econômica da família.

A verificação da composição da renda apontou para importância da Aposentadoria e dos programas de transferência de renda para as famílias e também para inserção em outras atividades laborais. Tais elementos objetivam garantir a permanência e reprodução destas famílias no campo.

No entanto, no terreno teórico é crucial abordar as consequências sociais dos processos residual das políticas, das instituições e dos serviços sociais entre as consequências que exclui da agenda social destas políticas um problema de desigualdade.

A Importância dos Programas Sociais Governamentais na Reprodução da Agricultura Familiar Brasileira.

Os programas governamentais exercem um papel relevante às famílias camponesa brasileira. Como foi constatado por este trabalho, 15% da renda das famílias entrevistadas corresponde ao Programa Bolsa Família.

No que tange ao acesso a Programas Sociais Governamentais, considerou-se o acesso das famílias a programas que fossem desenvolvidos pelo Governo nas instâncias Federal e Estadual. Isto porque não havia programas desenvolvidos pelos municípios, os quais, de uma maneira geral, no processo de descentralizam das políticas sociais brasileiras, vêm executando os programas desenvolvidos pelos Governos Federal e Estadual.

Nas entrevistas, verificou-se que 64% das famílias participam de algum programa governamental. Os programas mais citados foram:

1. Programa Bolsa Família - o principal programa de transferência de renda do Governo Federal. Integra o Plano Brasil sem Miséria, tendo como foco a população em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - O PRONAF, também desenvolvido pelo Governo Federal de forma descentralizada, tem por objetivo fortalecer a Agricultura Familiar através de financiamento para a realização de projetos, individuais ou coletivos, de renda, com linhas de créditos adequadas à realidade rural.

3. Produção Agroecológica Integrada e Sustentada (PAIS) – trata-se de um programa do Ministério da Integração Nacional cujo objetivo é promover a inclusão socioeconômica dos Agricultores Familiares por meio de projetos de agroecologia.

4. Programa Chapéu de Palha - Para minimizar os impactos ocasionados pelo período de entressafra na zona canavieira, o Governo do Estado de Pernambuco relançado¹ no ano de 2007.

O PBF tem um papel relevante na medida em que é o principal programa de transferência de renda ao qual a população local tem acesso. De acordo com Duarte, Sampaio e Sampaio (2009) 87% do valor do Bolsa Família é utilizado para a compra de alimento das famílias, o que exprime o impacto positivo do programa para o rural.

Schneider (2009) afirma que o programa de transferência de renda Bolsa Família, tem repercutido tanto na elevação da renda de famílias de pequenos agricultores quanto na permanência dessas famílias no campo. O impacto do programa Bolsa Família tem sido mais visível no Nordeste, uma vez que a renda mensal dos agricultores familiares na região sul (R\$ 1.124,31) é muito superior à renda das famílias rurais nordestinas (R\$ 450,10).

Um contraponto a ser feito é que, ao mesmo tempo em que o programa é significativo para as famílias rurais, ele também se torna um critério de elegibilidade para que as famílias acessem outros programas como o Chapéu de Palha, do Governo do Estado.

Neste caso em específico, a soma dos valores recebidos nos dois programas não pode ultrapassar o total de R\$ 242, 00. Para os Agricultores Familiares:

¹ O Programa Chapéu de Palha foi implementado em 1988, na gestão do ex-governador de Miguel Arraes, sendo relançada no ano de 2007 pelo atual governador, Eduardo Campos.

“É demais o Governo do Estado querer cortar o que a gente pode receber no Chapéu de Palha por causa do que a gente recebe no Bolsa Família. Um programa deveria completar o benefício que a gente recebe do outro, porque pro homem do campo isso faz muita diferença no período da entressafra ou da seca... Esse ano, por exemplo, a estiagem tá chegando na Mata... Já imaginou como tá difícil? Sem a roça vingar e tendo estiagem forte diminui os trabalhos nas roças dos outros, onde a gente poderia tirar um trocado. A gente vai ficar vivendo como duzentos e quarenta e dois reais? Por isso tem gente que quer ir embora...” - J. S. S, 59 anos. Assentamento Cipó/Vida Nova – Tamandaré.

“Isso não é bom. O Governo precisa entender que muitos de nós plantam cana pra revender... Aí, o que acontece: no período de entressafra só tem a roça e nem todos tem outra coisa pra vender. Duzentos e quarenta reais pra uma família de quatro, cinco ou mais pessoas, que não tem aposentado nem trabalhador fichado² é pouco pra viver durante seis meses. Não morrem de fome, mas também não vivem bem. E o que acontece? Muitos acabam nas mãos de um patrão pra ser explorado.” - M. C. S, 47 anos. Engenho Amorinha – Amaraji.

O que se observa é que, embora estas políticas exerçam um papel importante para estas famílias, elas não contribuem na superação das consequências da flexibilização, precarização e informalidade do emprego. Também não um crescimento estável e inclusivo, capaz de garantir a seguridade econômica e social daqueles que estão inseridos em um mercado de trabalho precário ou contam apenas com empregos informais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido aponta para urgência em incluir na agenda política a construção de direitos sociais, titularidades e instituições sociais universais, em contextos sociais onde se observa os privilégios de algumas minorias que concentram a renda e a riqueza. Urge construir alianças sociais amplas que permitam realizar reformas que busquem consolidar a cidadania social, gerando alianças a favor da redução da desigualdade social, que venha garantir o crescimento econômico e ascensão social daqueles trabalhadores/trabalhadoras que se encontra em condições precarizadas.

O debate sobre a reprodução do campesinato brasileiro na contemporaneidade encontra-se vinculado a uma discussão mais ampla e que envolve a superação da discussão dicotômica e setorial com a qual têm sido analisadas as relações cidade-campo/urbano-rural, em um contexto no qual lhe é atribuída, no âmbito do debate internacional, o caráter de reflexo e possibilidade de diversificação de renda; melhoria das condições de vida das populações rurais e de multifuncionalidade do espaço rural.

Neste cenário, são muitas as estratégias campesinas para a sobrevivência frente às dificuldades encontradas na interrelação campo/cidade e ante o contexto em que se situam e em virtude das suas condições intrafamiliares. Tais condições estão, em certa medida, vinculadas a processos macro societários e econômicos de transformação das formas de trabalho.

Neste sentido, salienta-se a necessidade de se incrementar ações políticas que fortaleçam a Agricultura Familiar de maneira a evitar a sua inserção em atividades informais e degradantes.

Mais do que políticas que viabilizem a produção familiar, é necessário que se efetive as determinações constitucionais de Educação Rural, formativa e qualificada. Considera-se preciso, ainda, que as políticas públicas passem a valorizar e apoiar aquelas atividades que, de uma forma ou de outra, contribuam para a diversificação agrícola e para o incremento da renda dessas famílias rurais.

Os programas governamentais são relevantes para as famílias, pois amenizam a situação de pobreza. Todavia, estes programas não implicam em mudanças estruturais da realidade, até porque não é este o seu intuito. O que não se pode aceitar é que estes programas contribuam para a reprodução e manutenção de uma mão de obra reservada desqualificada para as lavouras das Usinas de cana de açúcar, que será contratada a baixo custo e em condições precarizadas.

Conclui-se que, ainda que os programas sociais amenizem a situação de pobreza rural da região, a reprodução social da agricultura familiar do Território Rural da Mata Sul de Pernambuco se processa em condições precárias e informais, continuidade das condições precárias, informais e subumanas as quais foram e são submetidos os trabalhadores rurais brasileiros ao longo de constituição histórica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Programa Territórios da Cidadania*. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Brasília, 2008. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/matassulpe/one-community?page_num=0. Acesso: 04/10/2011.
- DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B. R.; SAMPAIO, Y. S. B (2009). *Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais*. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 47, p. 903-918.
- GEHLEN, V (2012). *Observatório do Desenvolvimento: Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da Mata Sul de Pernambuco*. Relatório Parcial: MDA/CNPq.
- LEFEBVRE, H (1974). *La Produccion del Espacio*. In: Revista de Sociologia, Año: 1974.N. 3 (p. 219-229). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47404221/Lefebvre-Henri-La-produccion-del-espacio>. Acesso: 22/08/2011.
- MARTINS, J.S (Org.) (1996). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. Editora HUCITEC: São Paulo.
- SCHNEIDER, S (2009). *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Notas de Rodapé

1. As Regiões de Desenvolvimento (DR) foram estabelecidas pelo Governo do Estado de Pernambuco por meio da Secretaria de Articulação Social e Regional (SEART) para a delimitação das áreas prioritárias ao desenvolvimento estratégico do estado. Foram delimitadas doze (12) DR: Mata Sul, Mata Norte, Agreste Meridional, Agreste Central, Agreste Setentrional, Itaparica, Moxotó, Pajeú, Araripe, São Francisco, Região Metropolitana do Recife (RMR) Oeste, RMR Centro, RMR Norte.
2. A delimitação do Território da Mata Sul de Pernambuco pelo Governo Federal não contempla os seguintes municípios: Chã Grande, Escada, Pombos, Vitória de Santo Antão e Sirinhaém. Além disso, é incluído o município de Bonito, o qual na delimitação do Governo do Estado é inserido na Região de Desenvolvimento do Agreste Central.

3. Na divisão das DR pelo Governo do Estado, o município do Cabo de Santo Agostinho é inserido na DR Região Metropolitana do Recife (RMR) OESTE.
4. Trata-se de um acordo informal no qual o agricultor cuida do gado de terceiros e recebe uma parte do resultado da produção.
5. Criado em 2003 pelo Governo Federal como resultado da fusão de quatro programas até então existentes: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.
6. Fichado é a expressão local usada para designar aquelas pessoas que trabalham com carteira assinada.